

O Estado em um de seus semblantes, a nação esportiva¹

Daniel Machado da Conceição

RESUMO

Com o desenvolvimento proveniente das descobertas no século XV e o salto com a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, a necessidade de pertencimento e a constituição do Estado-Nação passa a ser tema central. O jogo, apropriado pela elite, ganha utilidade e também regras e regulamentos, torna-se mais racional, e esta mudança o promove ao status de esporte como atualmente convencionamos falar. Se no primeiro momento estava relacionado a festividades e era tido como jogo, logo é atacado pelo Estado em vista da manutenção da ordem, tornando-se um projeto da elite de iniciativa social privada. O esporte, ao avançar pelas classes sociais, não é mais inibido pelo Estado, mas recebe o incentivo deste, sendo inclusive veículo de iniciativas de reconhecimento e de sentimentos nacionais. A proposta deste trabalho, caracterizado como um ensaio, é observar os motivos que favoreceram a utilização do esporte para fomentar o fortalecimento e reconhecimento do Estado. A abordagem, assim, se concentra na sua utilização como veículo ideológico de controle social e fomentador de nacionalismo.

Palavras-chave: Esporte. Estado. Estado-Nação. Nacionalismo. Política.

INTRODUÇÃO

O contratualista Hobbes indica que os homens, em sua condição natural, estão em um estágio de guerra uns com os outros, sua união ou ordem é intermediada por meio da criação do Leviatã (Estado), em que os indivíduos serão controlados por um poder maior (FUKUYAMA, 2000). Em Max Weber (2003), o Estado adquire características próprias, com território e poder de repressão dentro de seus limites.

¹Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Com o desenvolvimento proveniente das descobertas no século XV e o “salto”¹ com a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, a necessidade de pertencimento e de constituição do Estado-Nação passa a ser tema central para intelectuais e líderes políticos. O corpo do Leviatã começa a ganhar forma e se estende, porém necessita de uma face, um rosto. Sua forma já foi constituída com instituições e burocratização, mas sua face deve ser vista. A aceitação e a familiaridade com algo passam por identificar sua imagem facial, mesmo aqueles sem visão, em algum momento, necessitam tatear a face e sentir sua expressão. O reconhecimento da face do Estado pode ser observado em vários mecanismos presentes ou inerentes à sua constituição, alguns deles recebem destaque e estão na figura do demagogo, dos partidos políticos, das políticas sociais, dos sistemas de governo entre outros. Além dessas maneiras de identificar o Leviatã por seu semblante, há outra forma, que é utilizada com sutileza. Trata-se do esporte. Assim, neste ensaio, procuro mostrar como o esporte pode ser encarado como uma expressão do rosto do “Leviatã”.

Se as nações são produtos dos nacionalismos, é necessário compreender as formas pelas quais os sentimentos de pertença a um território, no caso identificado com um Estado, são produzidos, reproduzidos, reinventados e modificados. (...) os esportes têm sido uma forma privilegiada de criar e expressar estes sentimentos coletivos, operando em níveis muito diversos, entre eles o nacional. (GUEDES, 2010, p. 453)

Assim, a proposta do trabalho é observar os motivos que favoreceram a utilização do esporte para fomentar o fortalecimento e reconhecimento do Estado. A abordagem se concentra na sua utilização como veículo ideológico de controle social e fomentador de nacionalismo.

O texto foi organizado em três partes, em que a primeira descreve de maneira introdutória a passagem do jogo, práticas corporais desenvolvidas em festividades que foram coibidas e logo passam a ser reconhecidas pela classe dominante no século XIX recebendo a característica de esporte. A segunda parte procura indicar apropriações realizadas por Estados e sistemas de governo com objetivos utilitaristas para o esporte. A parte final apresenta as conclusões sobre o tema proposto.

ESPORTE E SOCIEDADE

As mudanças ocorridas nas cidades, com o deslocamento das pessoas da área rural para urbana em busca de trabalho e suposta melhora na condição de vida, promoveu a aglomeração. Ortega y Gasset (2001) afirma que anteriormente os indivíduos estavam divididos, dissociados e distantes, cada qual ocupando seu espaço no grupo, na aldeia e no campo. A partir do desenvolvimento industrial e da ampliação do urbano, eles se

agrupam e tornam-se visíveis em aglomerados. Nas palavras do referido autor, agora nossos olhos veem multidão por todas as partes. Para Ortega y Gasset (2001), a multidão é quantitativa e visual, por isso dá origem ao que entendemos por massa social.

Com o advento da aglomeração, além de outros fatores de ordem política, a necessidade de constituir o Estado-Nação se intensifica e, segundo Bobbio (1998), a partir da Revolução Industrial o maior objetivo é a unificação de cultura, tradições e língua. O nacionalismo, para Bobbio (1998), não foi um projeto espontâneo, mas algo pensado intencionalmente para garantir a coesão do povo no Estado. Este projeto tem origem na relação entre aristocracia e burguesia que surge com a industrialização, nesse ínterim, os interesses mútuos se centralizam em não sofrer perdas no status de classe, sendo necessário difundir e afirmar os valores inerentes a esse grupo. A escola, a família e o esporte são veículos promotores dos valores da classe dominante neste período de transformação social (PIRES, 1995).

As cidades passam por uma nova dinâmica, isto é, os recém-chegados do meio rural trouxeram suas festividades para o meio urbano, ampliando sua representação. Tais festividades também estavam presentes desde longa data nas cidades, mas agora sua magnitude aumenta alguns fenômenos intrínsecos. O jogo, então praticado em atividades festivas e religiosas, mobiliza a população local e de seu arredor. O contato entre jogo e política tem uma acirrada batalha no fato de as autoridades governamentais proibirem determinadas atividades corporais, pelos motivos de perturbação da ordem e da exposição da barbárie que as festividades promoviam. Os jogos, portanto, sofreram reprimendas e foram excluídos das festividades, muito por sua relação com religião e o meio rural, pois o projeto de modernidade por meio do racionalismo propagava o desencantamento do mundo, seu objetivo era contrário a tudo que fora relacionado à sacralidade, desta maneira suas expressões são depreciadas. De acordo com Christopher Lasch (1983), era uma campanha para estabelecer o reino da sobriedade. O jogo sofreu ataque por ser expressão de religiosidade vinculada aos mitos e divindades, além de promover a barbárie e a perturbação da ordem social.

O esporte, que no primeiro momento é relacionado ao jogo como atividade lúdica e festiva, sofre alteração de sentido passando a designar atividade corporal e de caráter competitivo em meados do século XVIII na Europa. O principal responsável por essa mudança é a incorporação de algumas atividades ou exercícios nas *public schools*, escolas elitistas da Inglaterra, onde passam a receber novo caráter de utilidade (BOURDIEU, 1983).

As modalidades, agora consideradas de elite e pertencentes a esta, receberam uma carga de utilidade, que as faz serem vistas como formadoras de caráter, estimuladoras de saúde, bem como de aptidões necessárias para o convívio em sociedade e para gestão de negócios futuros. Além de serem uma ótima oportunidade para os jovens alunos extravasarem suas energias, sua utilidade é

valorizada também por não envolver grande soma de investimento para seu desenvolvimento.

O jogo, apropriado pela elite, ganha utilidade, regras e regulamentos, tornando-se mais racional. Logo, esta mudança o promove ao status de esporte como atualmente convencionamos falar. Se, no primeiro momento, estava relacionado a festividades e era tido como jogo, sendo atacado pelo Estado em vista da manutenção da ordem, torna-se, por fim, projeto da elite de iniciativa social privada. O esporte, ao avançar pela população, não é mais inibido pelo Estado, mas incentivado por este, o qual, inclusive, toma o controle de suas ações, promovendo-o a veículo de iniciativa de reconhecimento e de sentimento nacional. Conforme Bourdieu (1983, p. 144) “o esporte nasceu dos jogos populares, produzido pelo povo, retorna ao povo sob forma de espetáculo produzido para o povo”.

O grande promotor do esporte como espetáculo foi a criação das Olimpíadas modernas, o ideal olímpico que ressalta o modelo da moral burguesa, associando a valorização das virtudes esportivas que devem ser semelhantes às virtudes militares. Pierre de Freydy, o Barão de Coubertin, no final do século XIX, idealizou o esporte como uma vacina para a paz mundial, ressaltando que as Olimpíadas da antiguidade paravam guerras e promoviam a confraternização entre os povos.

Durante o século XX, no período anterior à Primeira Guerra Mundial, o sentido formador e educativo do esporte tem maior ênfase, incentivando a permanência de seu caráter amador. Logo após o término da guerra, o rendimento ganha o papel principal de destaque e a valoração da superação de recordes introduz a intensificação em direção ao profissionalismo.

Segundo Lasch (1983, p. 144) “a nova ideologia do imperialismo glorificava o campo dos esportes como fonte de qualidades essenciais à grandeza e ao sucesso marcial da nação”. O projeto burguês incorpora o racionalismo capitalista e fortalece a propagação de seus valores relacionados ao liberalismo. Esta ideologia é o empreendimento para a mobilização do Estado-Nação em prol de afirmar seus valores nacionais. Dessa maneira, o desempenho dos atletas é referência para o reconhecimento da estabilidade de determinado país.

Em decorrência dessa mobilização, Hitler, já na década de 30, identificava que o esporte poderia servir de propaganda e apelo popular. Mussolini, por sua vez, o utilizou junto à juventude para disseminar seus ideais. Sobre esse fenômeno, Tubino (1999) descreve-o como sendo o primeiro ensaio do mau uso do esporte como mecanismo de controle das massas. No mesmo período, no Brasil, o nacionalismo é algo exaltado pelo governo no Estado Novo e o esporte tem seu caráter aglutinador do sentimento de nação, a seleção nacional de futebol é referência e modelo deste pensamento (NEGREIROS, 1998; DRUMOND, 2009). Outro momento de mau uso do esporte como propaganda foi durante a Guerra Fria, período em que capitalistas e socialistas travaram

batalhas por medalhas em competições internacionais com a finalidade de mostrar a superioridade do seu regime político, econômico e social. Avançaram até uma espécie de “chauvinismo da vitória” (BRACHT, 2005) que envolveu doping, suborno, incentivo para pesquisas e treinamentos.

O período posterior à Segunda Guerra Mundial vê surgir dois grandes blocos políticos liderados por Estados Unidos e União Soviética, nesse período, inúmeros embates ou “guerras” são travadas em quadras, campos, tatames, mesas e pistas. O ideal capitalista de rendimento e superação estava então impregnado no esporte e as disputas realizadas nos eventos esportivos ressaltam que tanto capitalistas como comunistas se deixaram levar pela competitiva lógica de mercado (PIRES, 1995).

O esporte, ao se estruturar com instituições reguladoras, federações e confederações, tem o Estado como companhia constante em seu desenvolvimento, por meio de intervenções de ordem normativa ou de exaltação dos símbolos nacionais. Inúmeras são as situações de aproximação entre esporte e política, as Olimpíadas, porém, são o exemplo primordial, pois, desde sua criação, os conflitos entre nações e sistemas políticos têm travado embates fora das pistas, das quadras e dos campos. Boicotes e exaltações nacionalistas fazem-se presentes nos jogos, talvez transferidos de seu passado longínquo na Grécia e na Roma Antiga, onde, na primeira, exaltava-se a preparação militar por meio da demonstração de força e exuberância, e, na segunda, configurava-se como fator alienante, proporcionando o afastamento do povo das questões sociais. Essas duas características ainda permanecem nas críticas realizadas sobre o esporte e sua utilidade política na modernidade.

Huizinga, em seu livro *O Homo Ludens* (1998), descreve algumas das críticas atribuídas ao esporte e que são facilmente disseminadas. A primeira trata o esporte como oportunidade de descarga do excesso de energia vital, relaxando e preparando para atividades que a vida exige, assim como um exercício para domínio de si mesmo, pois pode controlar as “paixões”. A atividade esportiva também serve para satisfazer o desejo de domínio e de entrar em competição, liberando a necessidade de extravasar sentimentos que estão reprimidos, sendo vetor da liberação da brutalidade sem afetar a ordem da sociedade. Valter Bracht (2005) também descreve que, ao pensar o esporte, tanto Foucault quanto Adorno percebem a existência de violência sobre o corpo, visto como uma atividade capaz de disciplinar, treinar, manipular e controlar ações que objetivam tornar o indivíduo um membro da sociedade, o qual tem agora o seu próprio corpo como objeto a ser trabalhado de maneira racional.

Para Bracht (2005), Foucault entende o esporte como um dispositivo de poder, engendrado no padrão atlético, no ideal de saúde, nas roupas padronizadas, nas formas etc., envolvendo os indivíduos na microfísica do poder em um projeto biopolítico. O autor identifica que tal dispositivo é utilizado para efetuar a

docilidade do ser humano e, atuando nos corpos individuais, transforma o corpo coletivo da sociedade.

De acordo com Bracht (2005), Adorno analisa as intenções presentes nas propagandas como meio de manipulação proveniente dos meios de comunicação de massa e de uma indústria que se faz cultural, a chamada “indústria cultural”, não apenas na sua dimensão física, de produção material, mas também na sua dimensão simbólica e ideológica. A Escola de Frankfurt capitaneada por Adorno e Horkheimer faz duas críticas ao esporte, a primeira, na tese da coisificação e alienação; a segunda, na tese da repressão e manipulação. Ambas as interpretações envolvem o controle total por meio da psique promovida pelos meios de comunicação de massa.

Norbert Elias (1994), outro intelectual que dedicou escritos sobre o esporte, descreve um processo civilizador que amortece a brutalidade dos indivíduos, o qual tem no esporte uma maneira de remontar algumas características reprimidas, sendo motivo de sua fácil aceitação entre as pessoas.

Pierre Bourdieu (1983), em seu estudo sobre o esporte, identifica as relações de poder inerentes ao capital econômico, cultural ou social e destaca o embate no centro do campo esportivo o qual se concentra no corpo legítimo ou no uso legítimo do corpo. As relações do desenvolvimento do esporte e sua transformação de elitista para espetáculo popular alteraram as questões econômicas. Tal processo favoreceu o aparecimento dos atletas profissionais, fazendo surgir um corpo técnico e de *experts*, muito semelhante ao projeto incompleto da modernidade descrito por Habermas (1984). Outros dois pontos nesta relação são a afirmação de valores do capital político pertencente às classes privilegiadas, bem como um caráter de anti-intelectualismo presente no esporte devido à dicotomia mente e corpo.

Estas críticas identificam características que subsistem vinculadas ao esporte, necessitando verificar como tais são apropriadas pelos Estados na atualidade tendo em vista seu projeto de nação.

ESPORTE E ESTADO

Os motivos de apropriação do esporte são destacados por Valter Bracht em seu livro “Sociologia Crítica do Esporte” (2005), em que apresenta características muito simples dos usos pelo Estado: A) Uma atividade de fácil compreensão diferente da política, seus embates são rápidos e com final objetivo; B) Possibilita a relação com o coletivo, principalmente com o status de nação; C) A impressão de ser um mundo à parte, pois, por alguns momentos, permite esquecer o mundo real, na busca de conseguir a compensação de estar fora do ambiente de trabalho; D) Por meio do rendimento dos corpos dos atletas, as nações podem ter medida do seu próprio rendimento; E) Possui um caráter apolítico, transparece não ter envolvimento com a política, sendo muito mais

como objeto de promoção da paz. Estes são alguns dos principais motivos que levaram o Estado a intervir e a se apropriar do esporte, mas há outras razões, que são assim apresentadas:

Quais são os interesses que podem mover o Estado a intervir ou a interagir com a organização esportiva? Os motivos são: "integração nacional", "educação cívica", "preservação da saúde da população", "melhoria da qualidade de vida", "oferecimento de oportunidades de lazer", etc. (BRACHT, 2005, p. 70)

O interesse no esporte está na sua capacidade de reproduzir as condições sociais, sejam elas nas relações de trabalho, sejam de amortecimento das tensões sociais. Para o antropólogo Roberto DaMatta (1982), é como uma dramatização do social. A relação do esporte com Estado passa pela construção da nação, bem como integração, defesa, higiene, saúde, política social e reconhecimento internacional.

Com influência dos meios de comunicação, esta relação se consolida pela necessidade de reconhecimento, assim descrita por Michael Walzer.

Sospecho en verdad que la mayoría de nosotros quiere e incluso necesita dar y recibir reconocimiento: necesitamos héroes, hombres y mujeres a quienes podamos admirar sin restricciones y sin inhibiciones. (WALZER, 2001, p. 264)

No Brasil, esses heróis foram ‘forjados’ no futebol que serve de exemplo para a mobilização nacional em prol de guerreiros que representam a nação e sua multiculturalidade. Questões políticas que envolviam higienização, eugenia, identidade nacional e reconhecimento internacional foram, durante todo o século XX, mobilizadas neste esporte. Mais do que qualquer outro esporte, o futebol carrega consigo grande capital simbólico de representação da nação (COSTA, 2007).

O exemplo mais notório está junto à Copa do Mundo de Futebol realizada de quatro em quatro anos, simbolizando um momento de suposta integração entre os povos, no entanto, expressa o ideal nacionalista por meio das cores e símbolos patrióticos (bandeiras, hinos e canções). O favorecimento desse nacionalismo tem como mediador os atos do governo e a mídia² (imprensa, televisiva e radiofônica) que difunde o imaginário entre as massas. Durante o Estado Novo, com a necessidade de energização da nação, assim como no período desenvolvimentista ou mesmo durante a ditadura militar, os meios de comunicação foram fundamentais para elevar ideais políticos que confluíam no desempenho alcançado pelo selecionado nacional. Em campanhas de apoio, de pertencimento e de divulgação da nação, a massa adquiriu sua identidade cultural única por intermédio do futebol como vetor do possível reconhecimento do Brasil no cenário mundial (OLIVEIRA, 2010).

As manobras políticas nacionalistas envolvendo o futebol permanecem na nova democracia, o poder simbólico consolidado exerce sobre a população sua reafirmação de tempos em tempos nas competições internacionais. Recentemente as campanhas para realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 foram impregnadas de nacionalismo, ressaltavam a identidade nacional e a suposta distinção em relação às outras nações devido a um multiculturalismo inato do Brasil e seu povo, que promoverá um reencontro do diverso com o igual. Assim, por meio do esporte, o país torna-se um grande canteiro de obras, pois a realização de um evento internacional está diretamente relacionada com sua infraestrutura. Investimentos privados e públicos que se misturam na construção de eventos para o mercado esportivo e que consequentemente fortalecem a política externa da nação, ou melhor, a sua face. A exposição do Estado e da nação, que, outrora, ocorria no rádio e na televisão para uns poucos, hoje, passa a ser multidimensionada na intensificação destes valores todos em função da internet através das mídias digitais e redes sociais, bem como ao maior alcance da televisão que, no caso brasileiro, chega a 98% dos lares.

Retornando então para a face do Leviatã, o esporte pode ser uma feição menos sisuda para representar uma nação em sua totalidade, mas não podemos desconsiderar que este semblante pode estar carregado de maquiagem. Em outras palavras, “o Estado que dá ênfase ao esporte de alto rendimento em sua essência não está significativamente interessado na saúde da população” (BRACHT, 2005).

CONCLUSÃO

O desporto é condicionante para a vida humana, sendo constantemente recriado por ela. Assim, as questões abordadas por cada uma das divisões da condição humana que envolvem o labor, o trabalho e a ação (Hannah Arendt, 2001) estão presentes na política que é pensada para o corpo e seu exercício. No entanto, o esporte com seu caráter apolítico mantém no imaginário a possibilidade de lazer e diversão, o qual, conforme lembra Georges Magnane (1969), remonta ao significado de liberdade no sentido de permissão para fazer atividades lícitas, que no âmago são atividades dóceis. Em sua essência, trata-se, na verdade, de uma liberdade controlada e, conforme as críticas apresentadas, o esporte, em vez de emancipador, mantém como pano de fundo interesses políticos que supostamente visam ao bem-estar da nação, mas seguem, na realidade, um molde idealizado pela camada dominante.

Embora a prática esportiva e o consumo desta prática sejam notoriamente reconhecidos no indivíduo e consequentemente na nação (por meio de sua identidade, sentimento de pertencimento e reconhecimento), no final, a imagem real de maior destaque, é a face do grande Leviatã, o Estado em seu semblante maquiado.

Notas:

¹ A expressão utilizada no trabalho para significar as mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram no berço da sociedade ocidental.

² No caso da internet, tal veículo propiciará não só a disseminação das informações produzidas em sites, mas proporcionará que os próprios torcedores, em redes sociais e blogs, divulguem e professem por si mesmos os ideais nacionalistas.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 2001. p. 260-338.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo. In:____. **Questões de Sociologia**. RJ: Ed. Marco Zero, 1983.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

COSTA, Maurício da Silva Drumond. **Identidade em campo: esporte, política e comunicação massiva no Nacional Estatismo de Vargas e Péron – um estudo comparado**. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

DAMATTA, Roberto. **Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro, Pinakotheke, 1982.

DRUMOND, Maurício. **Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação**. Rio de Janeiro, 2009.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. RJ: Zahar, 1994.

FUKUYAMA, Francis. **A grande ruptura: A natureza humana e a reconstrução da ordem social**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 153-177.

GUEDES, Simoni L. Futebol e identidade nacional: reflexões sobre o Brasil. In:____ **História do esporte no Brasil**. SP: UNESP, 2010.

HABERMAS, Jurgen. **Modernidad: un proyecto incompleto**. Punto de Vista, Num. 21, 1984, p. 27-31.

HUIZINGA, Johan. **O homo ludens**. Buenos Aires: Alianza/Émece, 1998.

LASCH, Christopher. A degradação do esporte. In:____ **A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio**. RJ: Ed. Imago, 1983

MAGNANE, Georges. **Sociologia do esporte**. São Paulo: Perspectiva, 1969.

NEGREIROS, Plínio José Labriola de C. **O futebol e identidade nacional: o caso da copa de 1938**. Buenos Aires: EFDeportes, 1998.

OLIVEIRA, Marcus A. T. O esporte brasileiro em tempos de exceção: sob a égide da Ditadura (1964-1985). In:____. **História do esporte no Brasil**. SP: UNESP, 2010.

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores. 2001.

PIRES, Giovani de Lorenzi. **Breve introdução aos estudos dos processos de apropriação social do fenômeno esporte**. Pelotas,1995.

TUBINO, Manoel José Gomes. **O que é esporte**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

WALZER, Michael. **Las esferas de la justicia**: una defensa del pluralismo y la igualdad. México: FCE, 2001. p. 260-290.

WEBER, Max. O estado nacional e a política econômica. In:____. **Sociología**. SP: Ática, 2003.